

18° REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Religião e direitos sexuais: Controvérsias no discurso sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

*Diego Paz
Benedito Medrado
Bruno Robson de Barros Carvalho*

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo analisar posições favoráveis e contrárias sobre o reconhecimento legal do casamento entre pessoas do mesmo sexo, tomando o pertencimento religioso como eixo de debate. Como material empírico, produzimos entrevistas semi-estruturadas com 652 pessoas, durante a concentração da 11ª Parada da Diversidade de Pernambuco, que aconteceu em Recife, em setembro de 2012. Buscamos, especificamente, compreender como se constroem os argumentos produzidos pelos interlocutores, legitimam-se ou desestabilizam normas sociais e possíveis contradições. Baseados na abordagem construcionista em Psicologia Social, buscamos identificar regularidades e polissemia nas produções discursivas analisadas. Destacam-se, nestas análises, posições que adotam a religião como matriz de pensamento, configurando-se, contraditoriamente, posições favoráveis que se fundamentam numa visão divina que enxerga a todas as pessoas indistintamente, e contrárias que tem por base a crença religiosa e os dogmas cristãos. Nossas análises, contingentes e parciais, não esgotam a complexidade do tema, visam, sobretudo dar visibilidade a esta miríade de possibilidades que se configuram no debate sobre a união entre pessoas do mesmo sexo.

Palavras-chave: Gênero e religiosidades; Religião; Direitos sexuais; Casamento entre pessoas do mesmo sexo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte da pesquisa maior, inserida no curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, que teve como produto principal uma dissertação (PAZ, 2014) cujo objeto de pesquisa foi o reconhecimento legal do casamento entre pessoas do mesmo sexo e como objetivo geral analisar repertórios linguísticos sobre esta forma de união.

18° REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



teve como tema o *slogan* "Democracia em todos os cantos: vamos cantar um Pernambuco sem homofobia".

O roteiro utilizado para a realização das entrevistas, estava dividido em cinco blocos temáticos, os quais eram antecedidos por três questões gerais que investigavam (1) se o entrevistado já havia participado antes da Parada; (2) os motivos que o levaram a estar lá, e; (3) com qual categoria relacionada à sexualidade este mais se identificava. No total, compunham o roteiro 41 questões, incluindo as que versavam sobre aspectos socioeconômicos. A maioria das questões era de múltipla escolha, e apenas cinco eram discursivas.

Dentre as questões discursivas, a de número 27 versava sobre o objeto de investigação desta dissertação. O texto da referida questão diz: "sobre o projeto de Parceria Civil, que reconhece o casamento entre pessoas do mesmo sexo, você é:...". Havia duas opções de resposta: "contra" e "a favor". Invariavelmente, tendo respondido a alternativa "a" ou "b", o/a entrevistado/a era incentivado a justificar sua resposta. O registro escrito era feito pelo/a pesquisador/a diretamente no roteiro da entrevista, a partir das respostas dadas pelos/as entrevistados/as. Os heterossexuais foram também convidados a manifestarem suas opiniões sobre o projeto de lei.

Assim como em outras pesquisas semelhantes, realizadas anteriormente, devemos reconhecer que, mesmo tomando todos os cuidados metodológicos mencionados no decorrer deste capítulo, as informações que serão apresentadas não advêm de uma amostra probabilística e devem ser tratados com cautela quanto a possíveis generalizações. Importante também lembrar que embora apontem para certas tendências, não se pode a partir delas tirar conclusões definitivas sobre a população que participa da manifestação e muito menos sobre a comunidade LGBT de Pernambuco (CARRARA, RAMOS e CAETANO, 2003).

Repertórios linguísticos e a produção de informações

Os repertórios interpretativos, segundo Potter e Wetherell (1996), são importantes ferramentas utilizadas na análise do discurso, pois são descritos como

18° REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



como força de intervenção social. Esses posicionamentos revestem-se de importância para o nosso trabalho, pois em muitos momentos tiveram influência nas questões políticas que envolvem a legalização do casamento homossexual.

Os entraves no debate: a religião como matriz de posicionamentos contrários

Desde as primeiras tentativas, na década de 1990, o reconhecimento da união homossexual no Brasil tem encontrado fortes oposições vindas de grupos conservadores de cunho religioso com uma visão tradicional sobre família e casamento.

Em 1995, a deputada Marta Suplicy apresenta à Câmara dos Deputados o Projeto-Lei 1.151-A que disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Durante sua tramitação no Congresso Nacional discursos que se posicionam favoravelmente e outros que se opõem à sua aprovação foram ouvidos, cujos sentidos produzidos pelas linhas argumentativas para se posicionar sobre as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo priorizam as causas da homossexualidade como eixo organizador – considerando argumentações que tem por base o discurso religioso da “vontade de Deus” (RALA, 1999).

Todavia, encontramos em nossa pesquisa entrevistados que mencionaram motivos religiosos tanto para apoiar tal união como para negá-la. Essa contradição nos chamou atenção e nos fez produzir as seguintes articulações.

Quanto aos posicionamentos favoráveis que se fundamentam ideologicamente na religião podemos citar que, por exemplo, para a entrevistada de número 946³, mulher heterossexual, 28 anos, cor preta⁴, nem criada e nem praticante de nenhuma religião, “todos foram criados por Deus, portanto todos podem. Para o entrevistado 603, homem heterossexual, 35 anos, cor parda, criado e

³ Utilizaremos os números para identificar o número do roteiro que contém os dados da entrevista de determinado participante da pesquisa. Apesar de termos alcançado a marca de 652 entrevistas válidas, foram produzidas e numeradas cerca de 1.000 cópias do roteiro, onde cada equipe, de cada supervisor de campo recebeu um conjunto de 100 roteiros. Por isso apareceram entrevistas numeradas desde 01 até a centena que vai de 900 até 999.

⁴ Categoria auto-atribuída, segundo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas).

18° REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



praticante da religião católica, “o destino quem sabe é Deus, por isso não tenho nada contra”.

Percebe-se que o campo religioso, no diálogo com a homossexualidade, produz sentidos nem sempre harmoniosos, com ocorrência de contradições, tendo em vista que o mesmo argumento – o religioso – fora usado para promover um discurso igualitário e, ao mesmo tempo, como veremos nesta pesquisa, para promover o discurso do ódio e da intolerância.

Percebemos também permanências e rupturas nesses discursos, tendo em vista o surgimento de alternativas religiosas que elaboram uma hermenêutica própria contrastando com a propagada regulação das religiões cristãs. Em contrapartida ao conservadorismo hegemônico no universo evangélico, as igrejas inclusivas são um fenômeno recente no Brasil e chama atenção pela compatibilização de condutas não heterossexuais e cristianismo (MUSSKOPF, 2004; MARANHÃO FILHO, 2011; WEIS DE JESUS, 2012; NATIVIDADE, 2010; 2013).

Atualmente essas iniciativas de vertente evangélica, em um sentido mais global, vêm construindo sua imagem na esfera pública a partir da rejeição de sua vinculação à ideia de “igreja gay”, passando a aderir ao rótulo de “igreja inclusiva”. Segundo Natividade (2013), o aparecimento desse tipo de alternativa religiosa acompanha processos sociais que compreendem a pressão política dos grupos LGBT por reconhecimento e legitimidade e a pluralização das demandas e dos sujeitos de direitos nesse campo discursivo. As comunidades inclusivas se destacam como movimento plural no interior do qual debates e práticas relacionadas à construção da cidadania e dos direitos de lésbicas, gays, travestis e transexuais também se configuram como pauta de discussão. Neste sentido, Roger Raupp Rios (2006) conclui que, devido às pautas de reivindicação dos movimentos sociais LGBT, os conceitos de democracia e cidadania têm sido constantemente revistos e ampliados, abrangendo os mais diversos setores da vida individual e coletiva.

Antes mesmo da existência das igrejas lideradas por pastores e ministros que assumem publicamente uma identidade homossexual, Natividade (2010) aponta a

18° REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



e se inserem no Congresso Nacional e ocupam cargos públicos no poder legislativo defendendo uma bandeira abertamente contra LGBT.

Temos visto a participação de lideranças de matrizes religiosas como atores políticos nas instâncias decisórias do país, haja vista a atuação da bancada evangélica no Parlamento e a eleição do deputado e pastor Marco Feliciano (PSC) como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, em março de 2013. Embora tenha deixado o cargo em dezembro do mesmo ano, pautado num discurso conservador sobre homossexualidade, militou explicitamente para tolher a cessão de direitos que beneficiam diretamente a população LGBT. Nesse cenário, percebe-se também a emergência de grupos religiosos organizados, até mesmo, tentando promover retrocessos legais em direitos já garantidos⁵.

Esses eventos do cotidiano indicam a emergência de discursos sobre religiões cristãs e homossexualidade na cena pública. Neste particular, torna-se fundamental a realização de estudos que possam acompanhar, analisar e refletir sobre as vulnerabilidades sociais, associadas a sexualidade das pessoas/cidadãos, e as formas como estas sexualidades são construídas pelas instituições públicas, como a igreja.

Nesse sentido, faz-se necessário o desenvolvimento de novas pesquisas que possam analisar em profundidade os diálogos que se retroalimentam entre religião e diversidade sexual, tendo como objetivo a transformação e o questionamento dos posicionamentos que negativam a possibilidade de acesso à direitos humanos.

Além disso, é importante enfatizar que alguns entrevistados costuraram seus argumentos favoráveis ao casamento, o fato da família ser constituída por melhor do

⁵ Em junho de 2013, Silas Malafaia, o deputado Marco Feliciano (PSC-SP), ambos pastores de igrejas evangélicas convencionais, e o deputado católico Jair Bolsonaro, acompanhado de um grupo de cantores e cantoras gospel, lideraram a “Marcha pela Família Tradicional” que reuniu católicos e evangélicos para protestar abertamente contra o reconhecimento legal da união entre pessoas do mesmo sexo e outros direitos já garantidos ou na iminência de serem aprovados que garantem a cidadania da população LGBT. Entre os principais alvos das manifestações estava o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que prometeu agilizar a tramitação do projeto que criminaliza a homofobia.

18° REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



rito do casamento, utilizando expressões como: “Acho que pode, para que se possa constituir família” (310), “todos tem o mesmo direito e capacidade de ter família” (722), “independente do sexo uma pessoa pode constituir família”(133), “todo mundo tem direito de construir sua família” (911).

Esses enunciados ilustram os argumentos que circulam sobre a conjugalidade homossexual de que existe um modelo de como é ser uma família. Obviamente, tal modelo carrega uma gama de requisitos cujo rito do casamento se enquadra. Esses discursos invisibilizam e negam a legitimidade de casais que não buscam o reconhecimento legal para as suas uniões, mas que estão presentes no cotidiano.

Por outro lado, na resposta “formar uma família assim é complicado” (774), que constrói o repertório contrário “homossexualidade não é família”, é possível observarmos a permanência dos modelos tradicionais de família produzidos e reproduzidos segundo padrões hegemônicos que distam do que podemos encontrar no cotidiano.

Sobre esse aspecto, Berenice Bento (2012) argumenta que:

A idealização da família com divisões binárias das tarefas a partir das diferenças sexuais (ao homem a rua, à mulher o lar), a imagem do lar como espaço de conforto espiritual, lócus interdito aos conflitos e às disputas, são idílicos que guardam pouca conexão com a realidade e que têm como função restringir a noção de família aos marcos da heterossexualidade (p. 275).

A existência de um modelo ideal de relacionamento pautado no formato heterossexual, ou seja, homem e mulher fomentam posicionamentos contrários a outros formatos que não atendam a esses critérios sociais para a sua legitimidade. Buscando questionar esses pressupostos, trazemos o debate desenvolvido por autoras e pesquisadoras pautadas numa abordagem feminista.

Assim, Gayle Rubin (1993), antropóloga e referência nos estudos feministas, inaugura o termo e o conceito de sistema sexo/gênero, a fim de compreender de que forma os “produtos da atividade humana” - suas relações, sistemas econômicos, arranjos conjugais e parentais, experiências sociais de homens e mulheres, o lugar

18° REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



da sexualidade na sociedade etc. – são biologicamente naturalizados em categorias sexuais como homem e mulher.

No texto “o tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo”, a autora faz uma (re)leitura crítica das teorias de autores como Marx, Engels, Levi-Strauss, Freud e Lacan e suas proposições sobre sistemas econômicos, parentais e sexuais, analisando como foram se construindo os papéis e posições sociais que hora são atribuídos ao masculino e ao feminino, por vezes naturalizados, que sugerem uma pré-condição biológica intrínseca ao seu sexo que, de forma não arbitrária, localizam os indivíduos dentro desses marcadores.

Em termos conceituais, Rubin (1993) sugere que por sistema de sexo/gênero pode ser entendido como “um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação humanas é moldada pela intervenção humana e social e satisfeita de forma convencional” (p.5). Esse conceito, como lembram Medrado e Lyra (2008), reafirma a necessidade de uma dissociação de prescrições e práticas sociais imputadas a homens e mulheres de pré-condições biológicas.

Rubin (1993), baseada em Engels⁶ (1987), nos ajuda a pensar a família nos moldes heterossexuais (homem, mulher e filho/s e/ou filha/s), enquanto função social e primordialmente econômica a continuação da espécie, a produção da vida, a saber, da classe trabalhadora. Ou seja, a família tradicional emerge enquanto discurso que produz efeito de verdade a fim de suportar um sistema econômico vigente, o capitalismo.

A partir de dados antropológicos, Rubin (1993, p.5), em suas próprias palavras, afirma que...

... tais necessidades [da sexualidade e da procriação] não são satisfeitas em nenhuma forma ‘natural’, o que vale também para a necessidade de alimentar-se. Fome é fome, mas o que se considera comida é culturalmente

⁶“A origem da família, da propriedade privada e do estado”, embora seja uma obra já amplamente revista por estudos mais recentes que apontam seus limites, é citada nesse trabalho por ser uma leitura de referência para o nosso tema. Além disso, agrega o elemento sexualidade na teoria social de Marx que até então considerava a opressão sexual apenas como um subproduto do capitalismo.

18° REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



determinado e obtido. [...] Sexo é sexo, mas o que se considera sexo é igualmente determinado e obtido culturalmente.

Assim, como propõe Nogueira (2003), gênero e/ou sexo não se têm, mas se fazem. Sob esse olhar, evitamos os efeitos normativos que se apoiam no discurso biológico naturalizante que cristaliza o modelo de conjugalidade e família tradicionais.

Entretanto, essas conformações familiares vêm passando por diversas transformações que acompanham o deslocamento progressivo da atividade social, onde o aparecimento de arranjos afetivo-sexuais diferentes dos padrões vigentes abre precedente para uma maior liberdade na formatação de sistemas conjugais e parentais. Pois, ainda segundo Rubin (1993), sistemas de parentesco são formas observáveis e concretas de sexualidade socialmente organizada, atua como uma materialização do sistema sexo/gênero, portanto configuram-se como prolífica fonte de estudos para a temática deste trabalho.

A autora também se debruça sobre autores como Freud e Lacan para compreender como a sexualidade contribui para a organização do campo do sexo e gênero a partir da experiência edipiana. Por exemplo: estabelecendo um diálogo entre os postulados sobre os sistemas de parentesco de Strauss e a teoria edípica. Rubin sugere uma estreita relação entre ambos quando afirma que os sistemas de parentesco configuram-se como um conjunto de regras que governam a sexualidade, enquanto a fase edipiana é a assimilação dessas mesmas regras e tabus, ou seja, é um círculo que se retroalimenta e que a linha condutora se pauta no desejo orientado pela heterossexualidade. Dentro dessa lógica, a submissão da mulher (devido ao lugar que se inscreve o menino e a menina no Édipo) e a negação da livre expressão da sexualidade (devido a obrigatoriedade da heterossexualidade) são “verdades” que se constroem dentro dessa rede de significados.

Apesar de sua prolífera contribuição, o texto da Gayle Rubin retoma um dado momento histórico dos estudos feministas, da década de 70 e 80, em que o conceito gênero era pensado como culturalmente construído e utilizado como categoria alternativa para o determinismo biológico que estava implícito ao termo sexo.

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Todavia, atualmente, até mesmo a fixidez do conceito de gênero e a suposição da existência de um sujeito prévio atrelado ao termo sexo são problematizados. Autoras contemporâneas que trazem outros elementos pertinentes à nossa discussão.

Sandra Azeredo (2010) sugere que teorizar sobre o conceito de gênero pode implicar numa “encrenca” (*trouble*) à medida que podemos domesticar o conceito através das normas acadêmicas. Ao invés disso, a autora, em consonância com a visão de Judith Butler, propõe que não basta apenas entender gênero enquanto uma construção, mas as condições e relações de poder em que este emerge enquanto produz e/ou regula sujeitos. Outrossim, a questão não é apenas como o sexo constrói culturalmente o sexo, mas “através de que normas reguladoras é o próprio sexo materializado” (p. 176).

Butler (2010b) concebe gênero como performático, sendo produzido através da repetição de atos estilizados e reiterados pela experiência. Assim, “o fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade” (p.194). A autora sugere que uma “produção disciplinar do gênero” está a serviço de uma coerência entre este o sexo e o desejo, encontrada no ideal da ficção reguladora da heterossexualidade, onde não há espaço para as discontinuidades encontradas nos contextos bissexuais, gays e lésbicos.

Circunscrevendo em nosso debate, os conceitos em questão contribuem para questionarmos um dos principais pressupostos que sustentam a ideia de uma heterossexualidade compulsória: a reprodução enquanto finalidade exclusiva das relações sexuais. Pressuposto que inviabiliza simbolicamente a relação entre pessoas de mesmo sexo, fundado em fundamentalismos, e que legitimam enquanto norma a heterossexualidade.

(In)conclusões

